

## PODCAST SOBRE TONS

### Temporada 1 - Episódio 2

#### Título:

O caso Simone Diniz e a luta antirracista

**Duração: 13 minutos e 20 segundos**

*(LOCUÇÃO COM VOZ FEMININA)*

Simone é uma jovem de 19 anos que estuda para ser auxiliar de enfermagem. Ela mora na Zona Norte de São Paulo com sua mãe, que trabalha como faxineira, e com o seu pai, mecânico.

Um dia, Simone resolveu se candidatar a uma vaga de emprego que viu em um jornal. O anúncio era para o trabalho de empregada doméstica. Até aí, nada demais. Mas quando leu toda a descrição do anúncio, Simone ficou revoltada:

*(ANÚNCIO LIDO POR OUTRA VOZ FEMININA)*

*Precisa-se de empregada doméstica para morar no emprego. Com experiência para executar toda rotina e cuidar de crianças. Ter documentação e referências. Preferencialmente branca, sem filhos, solteira e maior de 21 anos.*

Preferencialmente branca? A vaga de emprego dependia da cor da pele?

*(COMEÇA TRILHA SONORA AO FUNDO)*

Eu sou Chris Antuña, do Ministério Público de Minas Gerais, e te convido a conhecer a história da primeira vez em que o Brasil foi responsabilizado internacionalmente pelo crime de racismo. Vamos lá?

*(TERMINA TRILHA SONORA)*

O ano era 1997 e Simone André Diniz ainda não sabia, mas aquele era o início de uma luta por justiça que duraria muito tempo.

Revoltada com a vaga de emprego que anunciava a preferência por pessoas brancas, ela resolveu telefonar e se apresentar como candidata, mesmo sabendo que não se encaixava nas descrições do anúncio. Ao atenderem, Simone se identificou e disse que tava ligando pela vaga de emprego e, do outro lado, adivinhem qual foi a primeira pergunta feita?

*(DIÁLOGO - VOZ 1: FEMININA, JOVEM / VOZ 2: FEMININA, MAIS VELHA)*

*Voz 1: Qual é a sua cor?*

*Voz 2: Eu sou negra.*

*Voz 1: Então você não atende aos requisitos para o emprego.*

Não perguntaram idade, se tinha experiência, nada. Só perguntaram sobre a cor de sua pele. E terminava aí qualquer chance de conseguir aquele emprego.

Simone não entendia muito de leis, mas sabia que aquilo não *tava* certo. Impedir uma pessoa de trabalhar simplesmente pela cor da pele??? Isso não *tava* certo mesmo!

Ela decidiu ligar para a Ordem dos Advogados do Brasil para buscar ajuda e foi atendida por Sinvaldo Firmo. Ele verificou o anúncio e confirmou que sim, era um caso de racismo. E como racismo é crime, Simone foi à Delegacia de Crimes Raciais de São Paulo, acompanhada de Sinvaldo, e fez o boletim de ocorrência.

Foi aberto um inquérito policial para investigar o caso. Em apenas 14 dias, a polícia concluiu, sem responsabilizar ninguém. O relatório foi enviado ao Ministério Público, que pediu o arquivamento do caso por não ter encontrado indícios de crime de racismo, o que foi acatado pela Justiça. Em apenas um mês, Simone viu o seu caso ser encerrado pelas instituições brasileiras.

*(TRECHO DE ENTREVISTA)*

*"O caso Simone André Diniz é um exemplo contundente do racismo institucional, que infelizmente persiste na sociedade brasileira. Por duas vezes, Simone sofreu discriminação racial. A primeira quando, respondendo a um anúncio de emprego, em um jornal de grande circulação, que solicitava expressamente uma funcionária de cor branca, ao informar que era negra, lhe foi dito que não atendia aos requisitos para o emprego. A segunda vez quando buscou justiça perante os órgãos competentes (...) e teve seu processo penal arquivado, a despeito de contundentes provas de racismo existentes no processo."*

Essa foi a desembargadora Jane Granzoto, comentando o caso já em 2022.

Mas vamos voltar a 1997. A luta por justiça não ia parar por aí. Com o apoio de algumas entidades de combate ao racismo, Simone decidiu denunciar o Estado Brasileiro para a OEA – a Organização dos Estados Americanos.

O caso tramitou por longos oito anos e em 2006, a Comissão de Direitos Humanos da OEA emitiu sua decisão: o Brasil tinha falhado com Simone André Diniz.

E o que significou essa condenação? O Estado e o Sistema de Justiça brasileiros tiveram que se responsabilizar, indenizar a vítima e promover mudanças no tratamento dessas questões raciais. O caso de Simone Diniz foi muito importante para o surgimento de diversas iniciativas de enfrentamento aos crimes raciais. Como o aumento do número de órgãos especializados em combatê-los e na formação antirracista dos integrantes do sistema de Segurança e de Justiça.

É dever das instituições públicas e de toda sociedade combater o racismo nas suas diversas formas para que não existam mais casos como o da Simone Diniz. Nós

vamos seguir na luta contra o racismo trazendo novas histórias. Acompanhe com a gente!

(COMEÇA TRILHA SONORA AO FUNDO)

A história da primeira responsabilização do Brasil por racismo na esfera internacional nos leva a pensar sobre como este tema é algo que, infelizmente, tá institucionalizado na nossa sociedade. Ele tá na estrutura do nosso país, e é reproduzido até mesmo no nosso Sistema de Justiça.

Simone Diniz vivenciou o racismo no dia em que ligou para concorrer à vaga de emprego, e essa oportunidade foi negada por causa do seu tom de pele. E ainda no dia que teve seu processo arquivado pela justiça brasileira, por suposta falta de indícios de crime de racismo.

Neste episódio, conversamos com três personagens muito importantes desta história. Os advogados Sinvaldo Firmo e Helena de Souza Rocha, e a própria Simone Diniz!

Sinvaldo Filho, que atuou na defesa de Simone na esfera nacional, explica como foi o procedimento na justiça brasileira.

(COMENTÁRIO SINVALDO)

*“O caso Simone André Diniz no sistema de justiça brasileiro foi conduzido de uma forma totalmente contrária ao que tinha nos autos. Ou seja, houve um inquérito policial; foi juntado o anúncio de jornal à época; foi ouvida a Simone Diniz, foi ouvida uma testemunha também, outra pessoa que ligou; e a senhora, essa mesma senhora foi ouvida na delegacia, e ela confirmou que não queria realmente uma empregada da cor negra. O promotor analisou e disse que não havia crime naquele caso. Então ele requereu o arquivamento. O juiz foi lá e arquivou o caso. Então, foi esse o procedimento do sistema de justiça brasileiro em relação ao caso Simone André Diniz.”*

Com o arquivamento do caso, Simone Diniz conta que ficou desmotivada, mas que sabia que era importante continuar.

(COMENTÁRIO SIMONE)

*“Quando o meu caso foi arquivado, eu me senti triste. Pensei que não teria mais jeito, pensei que ia ficar por isso mesmo, mas com a ajuda, com o auxílio de pessoas instruídas, pessoas conhecedoras da lei, eu não desanimei, eu persisti. E por esse motivo, o meu caso foi reconhecido. E por esse motivo, que ele serviu e serve de inspiração para muitas pessoas que já sofreram ou que sofrem hoje por algum tipo de discriminação.”*

Mas o próximo passo foi dado e o caso foi encaminhado para a OEA – Organização dos Estados Americanos. Helena Rocha recorda como a luta foi travada na esfera internacional.

(COMENTARIO HELENA)

*"A decisão de encaminhar um caso pra órgãos internacionais de proteção de Direitos Humanos geralmente se dá, primeiro quando não há uma resposta adequada àquela violação no âmbito interno. Segundo, pra dar visibilidade a uma questão que geralmente é um problema estrutural no país. Nesse caso, o racismo e a dificuldade de acesso à justiça a pessoas que sofrem racismo no Brasil. E o terceiro motivo é a possibilidade que esses órgãos internacionais dão de determinar medidas de não repetição, que são desde mudanças legislativas a políticas públicas que possam enfrentar esse problema estrutural."*

Sinvaldo também nos fala sobre as medidas que o Estado brasileiro precisa cumprir após a decisão da Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

(COMENTÁRIO SINVALDO)

*"São 12 recomendações importantíssimas nesse setor, até mesmo para que se combata esse racismo institucional que está presente, né? Tanto no MP, como no poder judiciário. Então, essas 12 recomendações vêm nesse sentido mesmo de cobrar o estado brasileiro para que realmente, não só indenizar a Simone de André Diniz, mas que também revise a forma de investigação e de apuração e também de decisões de casos de racismo. Aí que tá sua força, a sua importância. Foi feito muito pouco de 2006 até aqui. Esse caso não foi reaberto. A pessoa que cometeu o crime de racismo à época continua impune. Isso é uma coisa assim, muito grave."*

Em 2022, a juíza do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, Karen Batista de Sousa, pediu desculpas para Simone Diniz em nome do estado brasileiro, durante um seminário promovido pelo Tribunal Superior do Trabalho. A realização do evento fez parte do cumprimento de uma das recomendações da Corte Interamericana de Direitos Humanos.

(TRECHO DE ENTREVISTA)

*"Eu não queria que você tivesse sofrido o que sofreu. (...) Eu não queria que você tivesse tido as portas fechadas por causa da cor da tua pele. Eu não queria que um poder judiciário tivesse te negado direitos – quando ele deve ser um instrumento para a realização dos direitos. (...) Quando eu fiz o concurso para a magistratura, me disseram que um juiz é um órgão de estado. Então, rompendo com esse protocolo, eu gostaria de pedir licença a todos e a*

*todas, e como um órgão de estado, te pedir desculpas em nome do estado brasileiro."*

Simone comenta sobre o significado do ato.

*(COMENTÁRIO SIMONE)*

*"As desculpas foram totalmente sinceras. Eu me senti acolhida. Eu me senti abraçada, não somente por uma juíza, mas eu me senti abraçada por todos e todas que estavam ali naquele auditório, que sentiram a minha dor e que sentem a minha dor até hoje. E aquele abraço não foi um abraço de uma juíza para Simone Diniz e sim, um abraço para todas as pessoas pretas que passaram e passam por humilhação, que passam por algum tipo de racismo. Por um povo que sentiu e sente a minha dor e que está lutando junto comigo."*

*(COMEÇA TRILHA SONORA AO FUNDO)*

Esse foi o Sobre Tons, o podcast antirracista do Ministério Público de Minas Gerais. Eu sou Chris Antuña e estão comigo na equipe: Alice Rodrigues, Allender Barreto, Eduardo Curi, Esther Gonçalves, Giselle Borges, Helena Drummond, Larissa do Vale, Leonardo Faustino, Mariana Alves, Marisa Guimarães, Olivia Ramalho e Thaís Dutra.

Esse episódio teve como fontes: Comissão Interamericana de Direitos Humanos, Tribunal Superior do Trabalho, Justiça Federal e Portal UOL. Contou com áudio do Seminário Nacional Simone André Diniz – Justiça, Segurança Pública e Antirracismo, realizado no dia 17 de novembro de 2022 pelo TST. Anúncio publicado na Folha de São Paulo em 2 de março de 1997, lido por Alice Rodrigues.

Acompanhe a gente na Rádio MP em [radiomp.mpmg.mp.br](http://radiomp.mpmg.mp.br), no [Spotify](#) ou no [YouTube](#). Compartilhe esse conteúdo. Junte-se a nós na luta contra o racismo! Siga o MPMG nas redes sociais, procure por MPMG OFICIAL e deixe a sua sugestão para os próximos episódios do [Sobre Tons](#). Obrigada pela companhia e até a próxima!

*(TERMINA TRILHA SONORA)*